

# CONCEPÇÕES DE POBREZA NO CONTEXTO EDUCACIONAL: com a palavra, os alunos da escola pública Centro de Ensino Anajatubense, Anajatuba/MA

Julio César de França Dias; Teresa Cristina Lafontaine; Paulo Philippe Alves de Souza

Universidade Federal do Maranhão, <u>jc\_geo14@hotmail.com</u> Universidade Federal do Maranhão, <u>teresa\_artur@hotmail.com</u> Instituto Florence de Ensino Superior, paulo-phillipe@hotmail.com

Resumo: A conjuntura atual da educação brasileira é um reflexo da dinâmica social, marcada por desigualdades e pela exclusão social, política e econômica de boa parte da população. A partir dessa concepção, este artigo vem refletir sobre a pobreza no contexto educacional, buscando compreender a relação pobreza-educação e suas consequências no âmbito educativo. Assim, como objetivo geral, intuímos investigar a concepção dos alunos sobre a educação como meio para a libertação do ciclo da pobreza e para construção da cidadania. Os objetivos secundários são: conhecer a realidade social dos educandos pesquisados; mostrar a correlação entre o contexto empobrecido e o desempenho escolar; e analisar o perfil dos discentes. Esta pesquisa possui natureza qualitativa e tem como universo de pesquisa alunos do 2º ano do Ensino Médio do Centro de Ensino Anajatubense, escola pública quilombola estadual, tendo por base estudos teóricos sobre pobreza e educação. Além disso, caracterizou-se como uma pesquisa de campo, considerando que realizamos visitas na residência de um dos alunos. Como instrumentos metodológicos, utilizamos entrevista, observação, questionários e registros das informações obtidas. Esta investigação levou a reflexões e compreensões sobre a realidade que envolve a pobreza e a desigualdade social e sobre as possibilidades criadas pela educação para a transformação dessa mesma realidade, assim como para a apropriação de elementos que possibilitem a realização de uma análise do espaço social onde esses sujeitos vivem. Consideramos, pois, que a pobreza deve ser inclusa nas discussões cotidianas realizadas nas de aula, de modo que o currículo esteja contextualizado com as questões sociais e com as experiências dos

Palavras-chave: Pobreza, Educação, Transformação social.

# 1 INTRODUÇÃO

Falar em pobreza tem sido bastante recorrente, talvez repetido, mas necessário ser repensado constantemente se considerarmos a realidade social do Brasil. O processo histórico social do nosso país é assinalado por um passado colonial, por uma industrialização tardia e pela formação de uma elite agrária dominante. Esses fatores são o alicerce da situação atual do povo brasileiro, em que, segundo o censo escolar de 2013, milhões de crianças e adolescentes são beneficiários do programa bolsa família (ARROYO, módulo introdutório, s.d.).

A cidade de Anajatuba-MA não está distante dessa realidade. O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) é de 0,581 (BRASIL, 2010). Considerando que o IDH destaca o desenvolvimento humano baseado em educação, saúde e expectativa de vida da população, o referido município não apresenta uma qualidade de vida satisfatória para boa parte dos moradores da cidade.



Nesse sentido, a necessidade de pesquisas nessa área é relevante para romper com as concepções bitoladas da visão moralista de pobreza como fruto das atitudes e hábitos daqueles considerados pobres. Assim, nesse artigo, consideramos a visão de pobreza não somente como falta de recursos materiais, mas que induz a falta de instrução, a exclusão econômica, social e política.

Inserido nesse contexto e exercendo a atividade de docente a 5 anos em escolas públicas da cidade de Anajatuba, o autor desta pesquisa traz determinadas inquietações: o que os adolescentes pensam sobre os seus contextos empobrecidos? O que pensam sobre a escola, já que entendemos a educação como fator essencial para o desenvolvimento socioeconômico? Qual a visão dos discentes sobre a educação como uma forma de melhorar social e economicamente?

Esse artigo, dessa forma, vem refletir sobre a pobreza no contexto educacional, buscando compreender a relação pobreza-educação e suas consequências no âmbito educativo. Logo, como objetivo geral, intuímos investigar a concepção dos alunos sobre a educação como meio para a libertação do ciclo da pobreza e para construção da cidadania.

Os objetivos secundários são: conhecer a realidade social dos educandos pesquisados; mostrar a correlação entre o contexto empobrecido e o desempenho escolar; e analisar o perfil dos discentes. Para tanto, a pesquisa foi realizada junto a alunos do Centro de Ensino Anajatubense, escola pública quilombola estadual. O universo da pesquisa foi representado pelos alunos do Ensino Médio, das turmas do 2ª ano.

Enquanto percurso metodológico, inicialmente, focamos nos estudos teóricos acerca do tema. Num segundo momento, partimos para a pesquisa de campo, caracterizada por uma investigação empírica qualitativa (SEVERINO, 2007). Nesta etapa, realizamos uma visita à família de uma discente que recebe o Bolsa Família e representa uma situação de evasão escolar. Tal investigação levou a reflexões e compreensão sobre a realidade que envolve a pobreza e a desigualdade social e sobre as possibilidades criadas pela educação para a transformação dessa mesma realidade, assim como visando à apropriação de elementos que possibilitem a realização de uma análise do espaço social onde esses sujeitos vivem e, especialmente, inseri-los e os experienciar no espaço escolar.

No terceiro momento, realizamos oficinas que objetivaram identificar as visões de futuro dos discentes, bem como suas concepções sobre a importância dos estudos para a concretização dos sonhos estabelecidos. Por fim, aplicamos questionários que visaram traçar o perfil socioeconômico e, também, a opinião dos alunos sobre a educação.

Tendo em vista os objetivos delineados, as estratégias metodológicas aqui traçadas e uma fundamentação teórica sobre pobreza e educação, esta produção pretende contribuir para uma melhor ação pedagógica, que considere a compreensão da realidade dos educandos na construção de um planejamento pedagógico. Nessa conjuntura, as aulas no ambiente educativo são fruto de uma articulação com o contexto histórico-social dos alunos.



# 2 POBREZA E EDUCAÇÃO: discussões teóricas

Quando discorremos sobre pobreza, pensamos na exclusão econômica, que leva boa parte da população brasileira a morar em favelas e periferias, ambientes em condições precárias de saneamento básico e moradia. Além disso, a situação de pobreza caracteriza-se pela falta de participação social, compreendendo uma carência de educação, de informação e de conhecimento sobre seus direitos (ARROYO, módulo introdutório, s.d.).

Para Rego e Pinzani (2014), o problema da pobreza não se resume a ter ou não renda estável, mas se localiza na implantação de políticas públicas direcionadas à satisfação das necessidades básicas dos indivíduos. Dessa maneira, a pobreza deve ser analisada a partir de aspectos econômicos e de aspectos éticos, identificados pelos autores como autorrespeito, capabilidades e autonominação.

Nessa perspectiva, pensamos nas possibilidades de construção da cidadania dos educandos. A garantia dessa cidadania dá-se, justamente, com uma educação de qualidade, seja referente às estruturas físicas e humanas, seja em parceria com a família. Portanto, não se trata apenas de méritos individuais, mas de um trabalho conjunto, que constitui identidades e subjetividades, não centrado apenas na formação técnica (PINZANI; REGO, módulo I, s.d.).

Souza (2009 apud PINZANI; REGO, módulo I, s.d.) explana sobre o mito do mérito individual, segundo o qual o pobre é visto como incapaz, ignorante e sem perspectiva, independente das possiblidades oferecidas pela sociedade. Nessa concepção, o outro lado da pobreza é mascarado, ou seja, a exclusão de serviços de qualidade como educação, saúde e participação política, bem como as possibilidades de escolha, não são avaliados.

Nessa perspectiva, a pobreza deve ser pensada em correlação com a educação. O artigo 26 da Declaração dos Direitos Humanos de 1948 reconhece a educação como um direito fundamental do ser humano. Deste modo, é necessário não somente garantir vagas, mas também que o ensino seja de qualidade e atenda às necessidades e características dos diferentes grupos. A educação é vista, assim, com meio de superação da pobreza e devemos repensar essa relação.

É urgente retomar essa relação não superada entre educação e desigualdades. Primeiro, porque foi uma das relações mais instigantes do pensamento educacional. Segundo, porque essa relação foi desfigurada e soterrada nos escombros de relações de mercado, de educação e padrão mínimo de qualidade, de currículos por competências, gestão e avaliações de resultados. Terceiro, porque as desigualdades não só continuam, mas se aprofundam e vitimam milhões de famílias e alunos(as) pela miséria, o desemprego, a sobrevivência nos limites, a violência. As desigualdades dos coletivos sem-teto, sem-terra, sem-espaço, sem-comida, sem-universidade, sem-territórios entram na escola como nunca antes e interrogam as políticas educativas, sua gestão e suas análises (ARROYO, 2010, p. 1384)



Sob o viés da educação como meio para mudar a realidade social, outros fatores devem ser considerados, dentre eles as formas de pensar, sentir e agir dos educandos, caracterizadas pelo *habitus* constituído individual e coletivamente, considerando determinadas condições objetivas e subjetivas (ARAÚJO, s.d.). O *habitus* vem a ser um conhecimento adquirido, um capital (BOURDIEU, 2010).

Nessa conjuntura, a escola sai do ensino transmissivo, meramente conteudista para focar na contextualização do currículo e seu real aproveitamento na vida social dos educandos. Para tanto, é necessário romper com as representações simbólicas de uma escola voltada às classes dominantes, um sistema educacional que reflete as diferenças culturais (STIVAL; FORTUNATO, s.d.).

Nesse sentido, relacionar pobreza e currículo exige a superação de obstáculos localizados na formação dos profissionais educadores envolvidos, na seleção de estratégias metodológicas condizentes com o alunado, na necessidade de compreensão dos documentos legais que sustentam o tema e na concretização das diretrizes estabelecidas. Assim, é essencial trazer as discussões sobre a pobreza e sua produção história para o âmbito escolar (ARROYO, módulo IV, s.d.).

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma "intimidade" entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida nesse descaso? (FREIRE, 2006, p. 30).

Sendo assim, os problemas referentes à evasão escolar, à precariedade estrutural e de qualidade do ensino, à desvalorização dos educadores, à concepção de ensino voltado à classe dominante, enfim, a realidade social dos discentes não deve ser ignorada, mas incluída no rol de discussões junto à comunidade escolar.

Freire (2006) afirma ainda que a educação é fonte de intervenção, de mudanças. Isso significa ir além da constatação do contexto empobrecido. Trata-se de buscar ações que estimulem a criticidade dos discentes e os tornem atores da transformação social do ambiente em que vivem. Mais que isso: levá-los a acreditar na capacidade de mudança. A educação precisa, assim, considerar os saberes e leituras de mundo dos educandos, anteriores à leitura das palavras que constroem o conteúdo.

# 3 RELATANDO A PESQUISA

Para uma análise mais clara e convergente com a metodologia elaborada, alisamos, primariamente, os dados da entrevista com a família de uma aluna beneficiária do Bolsa Família, que estava em situação de abandono dos estudos. Em seguida, partimos para



a interpretação dos resultados das oficinas e finalizamos com o resumo do perfil dos educandos pesquisados.

No entanto, antes de descrevermos a realização das atividades citadas, faz-se necessário caracterizarmos o Centro de Ensino Anajatubense. A infraestrutura da escola não apresenta condições plenas para atender às necessidades de sua clientela, possuindo salas desconfortáveis, quentes e, em sua maioria, escuras, bem como quadros brancos depredados e sem possibilidade de utilização. Constatamos também que na referida instituição de ensino não há quadra poliesportiva e sala de computação. Além disso, a biblioteca encontra-se desativada.

Os recursos didáticos disponíveis para as aulas dos professores são praticamente inexistentes, pois a escola não possui sala de vídeo, televisão, aparelho de projeção e alguns alunos não possuem livros didáticos. Nesse sentido, cabe a cada educador planejar e consolidar suas aulas sob sua total responsabilidade.

A escola não possui orientadora pedagógica e a maioria dos docentes é contratada, o que impossibilita de o começo das aulas com todas as disciplinas. Outro agravante é a falta de merenda escolar, haja vista que os alunos são oriundos de famílias humildes e contam com a alimentação da escola para compensar a falta em casa. Tal situação interfere diretamente no rendimento dos educandos.

Ao entrevistar a direção da escola, certificamos boa parte dos alunos não estava frequentando a escola devido à falta de ônibus escolar. Segundo a direção, o município não estava disponibilizando o transporte para os alunos, pois as aulas do Município ainda não haviam iniciado. Ressalvamos que a escola é estadual, mas este serviço não é oferecido pelo Estado, havendo necessidade de parceria com a prefeitura para locomoção dos discentes. Esta realidade leva à desmotivação para os estudos e, em muitos casos, à evasão.

#### 3.1 A entrevista

Na escolha da escola e do aluno que estava em situação de evasão escolar recebendo o auxílio do Bolsa Família, não encontramos dificuldades, haja vista que o pesquisador é professor da referida instituição e tem acesso à comunidade escolar. Desta forma, por meio de uma sondagem com a direção da escola, com os alunos e a partir da vivência empírica do pesquisador há cinco anos no cotidiano escolar do Centro de Ensino Anajatubense, optamos por uma aluna que não frequentava as aulas há seis meses.

O motivo da ausência da discente mencionada foi o início de um relacionamento conjugal. Assim, ao sair da casa dos pais, a nova residência foi de difícil acesso e o cônjuge não aprovava a permanência da educanda na escola. Apesar desse fato, a entrevista foi realizada com a presença da aluna, de sua mãe e da irmã mais velha. A família mora na



comunidade Lindosa, interior de Anajatuba, onde condições são precárias: casas, em sua maioria, de barro, ausência de posto de saúde e escolas e, em geral, os moradores são ligados às atividades agrícolas e à pesca.

A família é composta pelos pais e cinco filhos. Porém, na casa dos entrevistados moram apenas quatro pessoas: os pais, um dos filhos e sua esposa. Uma filha ainda frequenta a escola e se encontra solteira, mas não reside na casa. Do total dos cinco filhos, quatro casaram e não completaram o ensino básico. Além disso, os pais identificaram-se enquanto analfabetos.

Os motivos dos genitores não frequentarem a escola, segundo a mãe, foram: a localização da residência, a escassez de transporte, o foco nas atividades agrícolas, na qual todos participavam, e o casamento precoce. Apesar disso, consideram importante a escola e possuem muita vontade de se alfabetizarem.

Com relação à educação dos filhos, consideram que o Bolsa família ajuda muito no acesso à escola, sendo utilizado na compra de material escolar, na alimentação e na compra de roupas. Atualmente, a família recebe o subsídio de dois filhos. Apesar disso, nenhum dos filhos ainda não terminou o ensino básico.

Ressaltamos que, de acordo com o entendimento de educação dos entrevistados, os estudos finalizam no ensino médio, sem perspectivas de avanços para o ensino superior. Nesse sentido, a filha recém-casada possui menos ainda tais perspectivas, haja vista que evadiu da escola.

Quanto à caracterização das condições de moradia, a casa é de barro com poucos móveis, as pessoas entrevistadas não têm acesso à internet e ao celular, não utilizam veículo automotor próprio para chegar à escola, dependendo dos ônibus oferecidos pelo município, que, por relatos da família e pelo acesso do pesquisador na comunidade, apresenta vários problemas.

O posto de saúde mais próximo fica na sede do município, cerca de 1 hora de viagem, e para se locomover ou usam o serviço de mototáxi ou contam com ajuda dos vizinhos diante de quaisquer necessidades. Além disso, a comunidade onde a família reside é de difícil acesso: estrada em péssimas condições e, no período chuvoso, essa situação se agrava.

Em relação ao saneamento básico, a comunidade não possui tratamento de água e esgoto, os banheiros são localizados fora das casas, a água que usam para beber é de origem de um poço localizado no quintal da casa, construídos pelos próprios moradores.

## 3.2 As oficinas

A Oficina I representou um momento de interação e diálogo com os adolescentes, visando conhecer a realidade social dos educandos. Para tanto, justificamos as atividades que seriam realizadas posteriormente como um Curso sobre inovação e negócios sociais. A oficina teve como ideia geral despertar nos discentes sonhos e desejos de



prosperidade. Este primeiro momento favoreceu discussões sobre os negócios e seus impactos sociais, assim como a relevância da educação para o alcance dos objetivos traçados. Os discentes apresentaram-se participativos e conscientes de que os estudos contribuem para o desenvolvimento econômico e social enquanto futuros profissionais.

Na oficina II, ratificamos o papel da educação na definição dos objetivos e metas que os levarão ao sucesso na vida estudantil e profissional. Além disso, trabalhamos a importância do planejamento, de forma a investigar os sonhos dos adolescentes, bem como levá-los a acreditar no seu potencial. Nesta oficina, os alunos foram estimulados a criarem objetos e simularem os objetivos e metas a serem alcançados em um determinado prazo, dentro de um negócio fictício que contribuísse para a resolução dos problemas sociais da comunidade em que vivem.

No terceiro momento, oficina III, retomamos tudo o que foi trabalhado nas oficinas anteriores e propomos um problema para os discentes, os quais deveriam nos apresentar as possíveis respostas. A pergunta central lançada ao educandos foi: qual a importância da educação para modificar a realidade de pobreza em que vivem e de que forma melhorar social e economicamente?

Os alunos não somente responderam as perguntas buscando refletir sobre as contribuições das oficinas, como se manifestaram nas aulas posteriores sobre a necessidade de estímulos no âmbito da escola que os motivem para prosseguir os estudos, já que a realidade em que vivem motiva-os mais para o trabalho.

### 3.3 Perfil dos alunos

Dos alunos pesquisados, 55% são do sexo feminino e 45% masculino. Quanto à cor/etnia, 50% identificaram-se como negros; 35% pardos e 15% brancos. Sobre o local em que moram, 100% vivem nas comunidades rurais, sendo a maioria comunidades quilombolas, como Bacabalzinho, Assutinga, São Pedro ou Bacabeira.

Quando à espécie de moradia, 100% dos entrevistados dizem morar em casa própria com a família. Normalmente são casas construídas pelos próprios familiares. A média de pessoas por família é de cinco pessoas por residência. Ao serem indagados sobre a participação na vida econômica da família, 40% dos entrevistados disseram contribuir na renda familiar. Os pais dos estudantes normalmente trabalham com pesca ou agricultura familiar e os jovens costumam acompanhá-los nos trabalhos.

Quanto ao Bolsa Família, 70% dos discentes recebem o benefício, com valores que



variam de 230 a 360 reais. 25% possui a renda familiar média de até um salário mínimo e 5% recebem valores acima de um salário mínimo.

Sobre a escolaridade dos pais, 55% responderam que os pais possuem ensino fundamental incompleto; 15% nível fundamental completo; 24% ensino médio incompleto; e 6% ensino médio completo. Sobre a escolaridade da mãe, 76% afirmaram que as mães têm ensino fundamental incompleto; 10% ensino fundamental completo; 10% ensino médio incompleto; e 4% ensino médio completo. Sobre a situação civil dos pais 78% dos entrevistados afirmaram que os pais vivem juntos e 22% informaram que seus pais estão separados.

Com relação aos veículos de comunicação, 100% informaram que possuem televisão. Desses, 80% possuem televisão e rádio e 100% possuem telefones celulares. Todavia, somente 30% disseram ter acesso à internet.

Quanto à pergunta subjetiva se pretendem trabalhar enquanto estudam, 75% afirmaram que sim, para auxiliar nos gastos da casa, e 25% disseram que não, haja vista que pretendem se dedicar integralmente aos estudos. Acerca da educação, 100% dos pesquisados informaram que a educação é importante para a mudança de situação de vida pessoal e profissional, mas não apresentaram justificativas para as respostas.

# 4 CONCLUSÕES

Diante do cenário anteriormente exposto, observamos que as capabilidades direcionadas à melhoria das condições financeiras, da educação, da moradia, da saúde e da ocupação foram propiciadas pelo auxílio do Bolsa família, tal como afirmou a família entrevistada. Por meio desta pesquisa, corroboramos que a pobreza não significa apenas falta de recursos materiais, mas induz os indivíduos à falta de instrução, à exclusão econômica, social e política.

Em geral, pensamos que as capabilidades favoráveis a uma vida confortável para a família entrevistada seriam fomentadas pela melhoria na estrada de acesso à comunidade, pela construção de posto de saúde e de escolas mais próximos, pela implantação de um saneamento básico, além de políticas públicas realmente efetivas que valorizem serviços básicos e incentivem a agricultura, a pecuária e a pesca, já que a comunidade é tão ligada a essas atividades.

Fazemos aqui uma ressalva, em relação à portaria interministerial MEC/MDS nº 3.789, de 17 de novembro de 2004: não se observou nenhuma preocupação por parte do poder público em contribuir para a permanência da aluna na escola, uma vez que a família, até o momento da entrevista, não foi procurada por nenhum representante do poder público para compreender a evasão da aluna. Nesse sentido, atestamos que há o envio mensal de dados e da frequência dos alunos para a Secretaria de Assistência Social do Município de Anajatuba. No entanto, notamos que se trata de uma prática



meramente administrativa, sem preocupação com intervenções concretas direcionadas à evasão escolar.

Outra questão a ser frisada diz respeito à importância de educar e implementar direitos humanos na escola, não apenas por que tal conteúdo faz parte uma formação cidadã, mas para mostrar aos discentes os direitos e, diante dessa conscientização, a necessidade de mudar o cenário da escola pública brasileira. Isso foi observado com as oficinas, que levaram os educandos a refletirem sobre o contexto de pobreza em que vivem, bem como sobre as possibilidades de mudarem essa realidade.

Quanto ao perfil dos alunos, tal como evidenciado, boa parte vive em contexto empobrecido e não possui tantos capitais culturais. Conhecer quem são esses educandos, qual a realidade social, enfim, quais as perspectivas de futuro dos alunos é essencial para o planejamento de estratégias pedagógicas que contextualizem os conteúdos às necessidades do alunado, visando a uma práxis: ação prática que leva a uma mudança efetiva.

Nessa esteira, este estudo permite-nos refletir sobre a relevância da educação na conjuntura social dos discentes. A pobreza existe e não deve ser camuflada por currículos que trabalham conteúdos virtuais, temas que não abordam a realidade dos educandos. Considerar o contexto empobrecido dentro das ações pedagógicas é contribuir para uma educação de qualidade.

# REFERÊNCIAS

**2010**. Disponível em:

ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa de. **As formas de pensar, sentir e agir de crianças e adolescentes de escolas públicas do maranhão, sob a condicionalidade da educação**: ponderações a partir das ferramentas analíticas de Pierre Bourdieu. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. s.d.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Pobreza, desigualdades e educação**. Módulo introdutório.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. s.d.
Pobreza e currículo: uma complexa articulação. Módulo IV. Ministério da
Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão –
SECADI. s.d.
Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. <b>Educação e</b>
Sociedade. Campinas, v.31, n. 113, out./dez. 2010. Disponível em:
<a href="http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17">http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17</a> >. Acesso em: 27 dez. 2016.
BOURDIEU, Pierre. A génese dos conceitos de <i>habitus</i> e de campo. In: <b>O poder simbólico</b> . Trad. Fernando Tomaz. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 59-73.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico



http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=210070&idtema=16&search=maran hao|anajatuba|sintese-das-informacoes. Acesso em 20 nov. 2015.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Unesco. Brasília, 1998. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf. Acesso em: 27 dez. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **Pobreza e cidadania**. Módulo I. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. s.d.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. ed. 23. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

STIVAL, Maria Cristina Elias Esper; FORTUNATO, Sarita Aparecida de Oliveira. **Dominação e reprodução na escola**: visão de Pierre Bourdieu. s.d. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/676\_924.pdf. Acesso em: 27 dez. 2016.